



**Efí S.A. – Instituição de Pagamento**  
Demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2025

Ouro Preto, 26 de março de 2026.

## Carta de apresentação

Prezados senhores

Apresentamos as demonstrações financeiras do Efí S.A. – Instituição de Pagamento referentes ao exercício de 2025 e 2º semestre de 2025, em conexão com as normas aplicáveis às Instituições de Pagamentos autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Expressamos também a nossa responsabilidade pelas informações contidas nas demonstrações financeiras e sua adequada apresentação, de acordo com as melhores práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicadas ao setor.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2025 e 2º semestre de 2025 foram publicadas no dia 26 de março de 2026, no site eletrônico da Instituição, de acesso público e gratuito, e estão disponíveis no endereço:

<https://sejaefi.com.br/governanca-corporativa/>

Atenciosamente,

*Denis Silva*

Denis Silva (26 de março de 2026 10:42:48 ADT)

Denis Costa da Silva

Diretor

*Paulo Sérgio de Faria Barros*

Paulo Sérgio de Faria Barros (26 de março de 2026 12:11:22 ADT)

Paulo Sergio de Faria Barros

Diretor

*Alessander Dallorto*

Alessander Dallorto (26 de março de 2026 09:39:26 ADT)

Alessander Campo Dall'Orto

Contador – CRC: ES-012954/O

**0800 941 2343**

Capitais e regiões metropolitanas: **4000 1234** / SP e região: **(11) 2394 2208**

Av. Paulista, 1337 - 9º andar - Edifício Paulista 1 - Bela Vista - São Paulo, SP - CEP: **01.311-200**

**CNPJ: 09.089.356/0003-80** - Ouvidoria: **0800 940 0361** | sejaefi.com.br

efí



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2º SEMESTRE DE 2025

31 DEZEMBRO DE 2025



# CONTEÚDO

Relatório da Administração 4

Balanço patrimonial 11

Demonstração do resultado 13

Demonstração do resultado abrangente 14

Demonstração das mutações do patrimônio líquido 15

Demonstração dos fluxos de caixa 16

Notas explicativas às demonstrações financeiras 17

## Relatório da Administração

### Visão Geral da Instituição

O Efi S.A. – Instituição de Pagamento (“Efi IP” ou “Instituição”) é a Instituição líder do Conglomerado Prudencial Efi e consolidou-se como uma Instituição emissora de moeda eletrônica e especialista em serviços financeiros digitais, atuando de forma estruturada no ecossistema financeiro nacional. Sua proposta de valor está fundamentada em simplicidade, eficiência operacional, segurança e confiabilidade, combinando inovação tecnológica, inteligência de dados e arquitetura digital escalável para atender pessoas físicas e empresas de todos os portes em todo o território nacional.

No âmbito societário e de governança, a Instituição exerce controle direto sobre suas subsidiárias: a Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimentos Efi S.A. (“Efi SCFI”), responsável pela oferta de produtos de crédito e soluções de financiamento, e a Eva Benefícios S.A. (“Eva”), especializada em benefícios flexíveis e soluções corporativas. O Efi IP integra o Grupo Gerencianet como Instituição controlada da Gerencianet Holding S.A., holding que também detém a Lesta Atendimento Ltda (“Lesta”), configurando um ecossistema empresarial orientado à entrega de soluções financeiras completas, integradas e escaláveis, com sinergias operacionais e alinhamento estratégico entre as entidades do grupo.

Com sede em Ouro Preto, Minas Gerais, e presença estratégica nas cidades de São Paulo e Recife, o Efi IP sustenta uma atuação nacional estruturada, apoiada por modelo operacional disciplinado e orientado à geração de valor de longo prazo. Ao longo do período, a Instituição manteve foco na combinação entre crescimento sustentável, eficiência operacional e rigor prudencial, preservando a solidez de sua estrutura de capital, a adequada gestão de riscos e a plena aderência às exigências regulatórias aplicáveis às Instituições de Pagamento e às entidades integrantes do Conglomerado Prudencial.

### Perfil Corporativo

O Efi IP oferece um portfólio completo de soluções financeiras por meio de integrações via APIs e plataforma de conta digital, sustentado por uma arquitetura tecnológica proprietária preparada para crescimento escalável, alta disponibilidade e integração eficiente com diferentes ecossistemas de negócios. Sua estrutura operacional é desenhada para atender públicos de variados perfis e níveis de complexidade, combinando flexibilidade, segurança e capacidade de customização, em linha com as melhores práticas do setor financeiro digital.

A atuação da Instituição é orientada por tecnologia proprietária, governança corporativa robusta e uso intensivo de dados para suporte à tomada de decisão, gestão de riscos e evolução contínua da proposta de valor. A experiência do cliente permanece no centro da estratégia, com foco na simplificação de jornadas, redução de fricções operacionais e

entrega de soluções que agreguem eficiência, previsibilidade e segurança às rotinas financeiras de pessoas e empresas.

A **missão** do Efi IP é simplificar jornadas financeiras, com eficiência e segurança, aliados à tecnologia e inovação.

A **visão** da Instituição é ser o banco digital mais eficiente do país e a melhor escolha para o cliente, com propósito de simplificar jornadas financeiras.

Os **valores** institucionais orientam o comportamento organizacional e a execução da estratégia, reforçando a coerência entre cultura, governança e geração de valor sustentável. O Efi IP fundamenta sua atuação em pessoas e resultados, reconhecendo que o crescimento consistente depende do engajamento de colaboradores, da centralidade do cliente e da disciplina na entrega de performance. Transparência e integridade constituem valor inegociável, assegurando ética, conformidade regulatória e credibilidade institucional. A simplicidade e inovação fazem parte do DNA da Instituição, traduzindo-se em soluções tecnológicas eficientes e em melhoria contínua dos processos. A sustentabilidade orienta a perenidade do negócio, considerando responsabilidade com o ambiente, solidez financeira e impacto positivo de longo prazo.

Em 2025, a Instituição aprofundou sua atuação estratégica no público pessoa jurídica, estruturando de forma mais granular sua segmentação e priorizando nichos com maior recorrência de receitas, maior potencial de relacionamento e maior capacidade de geração de valor ao longo do tempo. Essa estratégia buscou ampliar a jornada financeira dos clientes dentro do ecossistema Efi, aumentar a densidade de relacionamento, fortalecer a eficiência operacional e sustentar o posicionamento competitivo da Instituição em um ambiente regulatório e concorrencial progressivamente mais exigente.

### **Desempenho Operacional**

O exercício de 2025 representou a consolidação de um ciclo de expansão estrutural do Efi IP, marcado pelo crescimento simultâneo da base de clientes, do volume transacionado e da rentabilidade, preservando disciplina operacional, rigor na gestão de custos e aderência aos parâmetros prudenciais aplicáveis ao Conglomerado. O desempenho alcançado reflete não apenas aceleração de escala, mas evolução do modelo de negócios em direção a maior previsibilidade de receitas, eficiência operacional e sustentabilidade financeira de longo prazo.

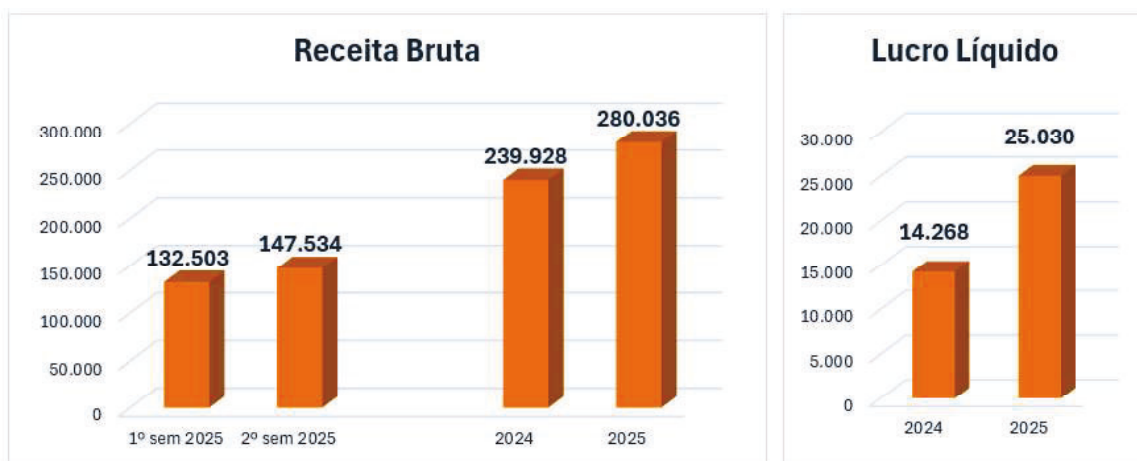
A base de clientes encerrou o período com 778 mil clientes, representando aumento de 32% em relação a dezembro de 2024, sendo 70 mil novos clientes incorporados apenas no segundo semestre de 2025. Esse crescimento foi acompanhado por maior profundidade de relacionamento, ampliação do portfólio contratado por cliente e aumento da utilização média das soluções, refletindo evolução qualitativa da base ativa, maior engajamento e incremento no valor do ciclo de vida dos clientes.

A quantidade total de emissões de cobrança superou 740 milhões no ano, crescimento de 54% frente ao exercício anterior. O desempenho evidencia maior recorrência

operacional, aumento da densidade transacional por cliente e consolidação da plataforma como infraestrutura financeira relevante e integrada à operação cotidiana de seus usuários, reforçando a posição da Instituição como parceiro estratégico de seus clientes.

O volume financeiro transacionado totalizou R\$ 113 bilhões, crescimento de 99% na comparação anual e de 62% frente ao primeiro semestre de 2025. O avanço reflete ganho expressivo de escala, aumento da participação da Instituição nas operações financeiras de seus clientes e maior penetração dos produtos ao longo da jornada financeira, ampliando a relevância do Efi IP dentro do ecossistema transacional e fortalecendo sua capacidade de geração de receitas recorrentes.

A receita bruta apresentou crescimento de 17% no ano em relação a 2024 e de 11% no segundo semestre, frente ao primeiro semestre de 2025, demonstrando consistência na trajetória de expansão mesmo em ambiente competitivo e regulatório mais exigente. O lucro líquido registrou evolução de 75% frente ao exercício anterior, refletindo alavancagem operacional, maior eficiência na estrutura de custos e melhor captura de margem decorrente do ganho de escala.



O conjunto dos resultados evidencia não apenas expansão quantitativa, mas fortalecimento estrutural do modelo de negócios, com maior diversificação de receitas, crescimento da base recorrente, aumento da qualidade da carteira de clientes e equilíbrio consistente entre crescimento, rentabilidade e sustentabilidade financeira. Esse desempenho reforça a solidez institucional do Efi IP e sua capacidade de executar a estratégia de forma integrada, combinando expansão com governança, controle de riscos e responsabilidade prudencial.

### **Premiações e Reconhecimentos**

O ano de 2025 consolidou o reconhecimento institucional do Efi IP como uma organização de referência em inovação, experiência do cliente, solidez do modelo de negócios, gestão de pessoas e governança. As distinções obtidas ao longo do período, em âmbito nacional e internacional, evidenciam a consistência da estratégia adotada, a maturidade

operacional alcançada e o compromisso permanente com a geração de valor sustentável para clientes, parceiros, colaboradores e acionistas.

No campo da inovação e da experiência do cliente, o Efí IP conquistou o Troféu Ouro no Prêmio ClienteSA 2025 com o case “Copiloto de Antecipações”, reconhecido como destaque nacional na categoria “Líder em Estratégia de Crédito, Cobrança e Risco”. A premiação reforça a capacidade da Instituição de desenvolver soluções tecnológicas orientadas à eficiência, à gestão de risco e às necessidades concretas do mercado, integrando inteligência de dados, automação e disciplina operacional. Ainda nesse eixo, o Efí IP recebeu o selo RA1000 e figurou entre os finalistas do Prêmio Reclame Aqui, uma das principais referências nacionais em reputação e atendimento, na categoria Bancos Digitais – Grandes Operações, evidenciando a solidez de seus processos de relacionamento e a consistência na gestão da experiência do cliente. Complementarmente, foi agraciada com o Troféu Prata no Prêmio ClienteSA CX, com base na auditoria realizada em 2024, reafirmando a qualidade estruturada das práticas adotadas ao longo de toda a jornada do cliente.

No que se refere à solidez e ao crescimento do modelo de negócios, a Instituição destacou-se no ranking EXAME Negócios em Expansão 2025, o maior anuário de empreendedorismo do país, atestando a robustez, a escalabilidade e a consistência de sua atuação. Em linha com esse reconhecimento, a *Fitch Ratings* atribuiu ao Efí IP, já em sua primeira avaliação, o *rating* nacional de longo prazo “A(bra)”, com perspectiva estável, refletindo a qualidade da franquia, a estabilidade do modelo operacional, a disciplina financeira e o crescimento consistente das receitas. A atribuição do *rating* representa um marco relevante na trajetória institucional da Instituição, ampliando sua credibilidade perante o mercado, parceiros estratégicos e potenciais investidores.

No âmbito da gestão de pessoas e da cultura organizacional, o Efí foi vencedor do Prêmio Latam 2025, promovido pela Aloic, alcançando o 1º lugar na categoria “*Mejor Estrategia de Desarrollo Humano*”, com o case da semana de quatro dias. O reconhecimento posiciona a Instituição entre os principais agentes de transformação em práticas de trabalho e desenvolvimento humano na América Latina, demonstrando capacidade de conciliar performance, inovação e bem-estar organizacional. Em continuidade a esse posicionamento, o Efí IP renovou sua certificação como uma das melhores empresas para se trabalhar pelo *Great Place to Work*, com destaque para a iniciativa de jornadas reduzidas, além de integrar o Top 10 do ranking das Melhores Empresas para Trabalhar na América Latina, reforçando a coerência entre cultura, estratégia e resultados.

No eixo de governança, segurança e responsabilidade institucional, o Efí IP recebeu da Fin – Confederação Nacional das Instituições Financeiras, o Selo de Prevenção a Fraudes Fin 2025. O reconhecimento reforça o compromisso da Instituição com as melhores práticas de prevenção, conscientização e proteção financeira de clientes e parceiros, evidenciando a evolução contínua dos mecanismos de controle, gestão de riscos e fortalecimento da ciberresiliência, elementos essenciais para a sustentabilidade do ecossistema financeiro.

Paralelamente às premiações, o Efí IP ampliou sua presença institucional e fortaleceu o relacionamento com o mercado ao longo de 2025. No primeiro semestre, participou de

importantes eventos do setor, como o *SBC Summit*, o *Distrito Fintech Summit*, o *Ancev Experience*, a *Autocom*, a *Betexpo*, a *Abrint* e o evento *Sophia*. No segundo semestre, marcou presença no Fórum *E-commerce*, na *Payment Revolution*, no *TecnoSpeed* e na *Abrint Nordeste*. Essa atuação estratégica resultou em maior visibilidade da marca, ampla cobertura em veículos de comunicação de alcance nacional e fortalecimento do posicionamento institucional da Instituição junto ao ecossistema inovador e regulatório.

O conjunto desses reconhecimentos não apenas evidencia a qualidade técnica das soluções e práticas adotadas, mas também reafirma o posicionamento do Efi IP como protagonista nas transformações do setor de pagamentos e serviços financeiros, combinando inovação, governança, eficiência operacional e responsabilidade institucional em um ambiente cada vez mais competitivo e regulado.

### **Diretrizes Estratégicas e Futuro**

O segundo semestre de 2025 foi marcado pela consolidação das diretrizes estabelecidas no planejamento estratégico de longo prazo do Efi IP, com horizonte até 2030, bem como pela revisão anual da estratégia para o exercício de 2026. Como parte do rito institucional de governança, a Instituição realizou seu evento anual de revisão do Planejamento Estratégico, no qual foram reavaliados cenário, prioridades, metas globais e direcionadores corporativos, assegurando que o ciclo seguinte estivesse plenamente alinhado à visão de longo prazo e às condições atuais do mercado.

A revisão para 2026 resultou na atualização do Mapa Estratégico, que passou a contar com oito objetivos estratégicos, organizados de forma a garantir coerência entre crescimento financeiro, fortalecimento de mercado, eficiência operacional e maturidade organizacional. Foram consolidadas quatro diretrizes corporativas: diversificar receitas com expansão da carteira de crédito PJ; fortalecer a governança e a cultura organizacional; aprimorar a experiência do cliente, e; escalar com eficiência e segurança operacional. Essas diretrizes sintetizam a prioridade de crescer com rentabilidade, disciplina de capital, qualidade de execução e solidez institucional.

A Instituição tem atuado de forma cada vez mais integrada e orientada a dados, com foco na inovação, na excelência operacional e na geração de valor sustentável. A governança estratégica foi fortalecida, ampliando o alinhamento entre áreas e garantindo maior coerência entre planejamento, metas globais, indicadores estratégicos e execução.

Ainda em 2025, o Conglomerado Efi iniciou o processo de transição da segmentação prudencial S5 para S4 na classificação do Banco Central, movimento compatível com o novo patamar de escala da Instituição. Ao longo do período, foram realizados aprimoramentos estruturais em políticas, controles e gestão de riscos, preparando a Instituição para a conclusão desse enquadramento no ciclo subsequente.

A atuação comercial evoluiu de forma consistente, com maior especialização e foco no público PJ, priorizando segmentos com maior recorrência e densidade de relacionamento. Foram promovidas melhorias estruturais na organização da área, com

revisão de fluxos e maior integração com produtos, risco e operações, fortalecendo a capacidade de execução da estratégia.

O projeto de arquitetura organizacional, conduzido ao longo do ano, entrou em fase de consolidação no final de 2025, com conclusão prevista para o início de 2026. A iniciativa promoveu ajustes relevantes na estrutura corporativa, elevando clareza de papéis, responsabilidade e eficiência decisória, além de preparar a Instituição para um ambiente de maior escala e sofisticação regulatória.

No campo de produtos e negócios, 2025 foi marcado por avanços relevantes na agenda de diversificação de receitas e fortalecimento do pilar de crédito. A estruturação da linha de capital de giro, a liberação do CDB como garantia para cartão de crédito, por meio do seu braço financeiro, o Efi SCFI, e o lançamento do Pix indireto ampliaram o portfólio e reforçaram a proposta integrada ao público PJ. Paralelamente, a Instituição iniciou movimentos estruturados de atuação em novos segmentos e modelos de mercado, ampliando seu escopo de relacionamento e preparando a entrada em frentes com elevado potencial de crescimento.

Parte essencial dessa expansão envolveu preparação tecnológica iniciada ainda em 2025. Nesse contexto, o Plano Diretor da Diretoria de Produtos & TI estruturou o *roadmap* de evolução das plataformas de pagamentos e crédito, com foco em escalabilidade, confiabilidade operacional, segurança, eficiência técnica e uso progressivo de dados e inteligência artificial. O objetivo foi garantir que o crescimento projetado para 2026 esteja sustentado por bases tecnológicas mais robustas, integradas e preparadas para novos produtos e novos modelos de atuação.

Em destaque, o Efi IP foi a única instituição privada do país autorizada a operar com recursos do FUST (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações), programa do Ministério das Comunicações que viabiliza o financiamento para expansão de infraestrutura em municípios de pequeno porte. Essa conquista não apenas reforça a solidez institucional do Efi IP, como também amplia seu impacto social e sua presença em regiões com alto potencial de desenvolvimento.

No campo tecnológico, foram registrados avanços adicionais na governança de TI, incluindo a criação do comitê executivo da área, a revisão organizacional e a realização de um *assessment* de cibersegurança. A renovação da certificação PCI DSS na versão 4.0.1 reafirma o compromisso da Instituição com elevados padrões de conformidade e segurança da informação.

O conjunto dessas iniciativas demonstra que a revisão estratégica para 2026 representou um aprofundamento disciplinado da agenda de crescimento sustentável, combinando expansão comercial, fortalecimento estrutural, evolução tecnológica e aderência regulatória, preservando o equilíbrio entre escala, rentabilidade e prudência institucional.

## **Conclusão**

O exercício de 2025 representou um período de avanços estruturais relevantes, crescimento consistente e amadurecimento institucional para o Efi S.A – Instituição de Pagamento. Ao longo do ano, a Instituição consolidou sua trajetória de expansão sustentável, ampliou sua base de clientes, fortaleceu seus resultados financeiros e evoluiu sua infraestrutura operacional, evidenciando a robustez de seu modelo de negócios e a consistência da estratégia de longo prazo.

Paralelamente, os progressos em governança, tecnologia, segurança da informação e arquitetura organizacional reforçaram as bases estruturais necessárias para sustentar novos ciclos de desenvolvimento com maior escala e complexidade. A revisão anual da estratégia para 2026, a atualização do Mapa Estratégico com oito objetivos claros e a consolidação das quatro diretrizes corporativas fortaleceram a integração entre planejamento e execução, ampliando a disciplina na alocação de recursos e a coerência entre crescimento, rentabilidade e prudência institucional.

A preparação para o novo enquadramento prudencial, a diversificação do portfólio de produtos e o aprofundamento da atuação no público PJ ampliaram a relevância da Instituição no ecossistema financeiro nacional, consolidando o crédito estruturado como vetor relevante de crescimento e reduzindo a concentração de receitas. Ao mesmo tempo, os investimentos em tecnologia, eficiência operacional e resiliência cibernética posicionaram a Instituição de forma mais robusta para sustentar expansão futura com segurança e confiabilidade.

Os aprendizados acumulados ao longo do período, aliados a uma cultura orientada por dados, inovação responsável e foco permanente no cliente, fortalecem a capacidade de adaptação do Efi IP diante de um ambiente regulatório e competitivo cada vez mais dinâmico.

Com diretrizes estratégicas definidas até 2030, governança fortalecida e estrutura organizacional mais integrada e eficiente, a Instituição encerrou 2025 preparada para um novo ciclo de crescimento disciplinado, geração consistente de valor sustentável e consolidação de seu protagonismo na transformação do sistema financeiro brasileiro.

A Administração.



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas  
Efí S.A. – Instituição de Pagamento

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Efí S.A. – Instituição de Pagamento (“Efí”, “Efí IP” ou “Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase - Informações comparativas**

Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.



Efi S.A. – Instituição de Pagamento

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Instituição é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Efi S.A. – Instituição de Pagamento

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 26 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by  
Daniel Naves Marteletto  
Assinado por DANIEL NAVES MARTELETTO/06260072660  
CPF: 05503937665  
DataHora da Assinatura: 26 de março de 2026 | 15:06 BRT  
O: CP-Brasil OU: PricewaterhouseCoopers  
C: BR  
Emissor: AC=CertSign RFB US  
email=certsign@brasil.gov.br

Daniel Naves Marteletto  
Contador CRC MG-105346/O-2

## Balço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025
<b>Ativo circulante</b>		<b>644.072</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>4</b>	<b>8.294</b>
<b>Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>		<b>45.107</b>
Títulos e valores mobiliários	5	2.919
Valores a receber relativos a transações de pagamento	6	42.188
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado</b>		<b>19.273</b>
Títulos e valores mobiliários	5	19.273
<b>Relações interfinanceiras</b>	<b>7</b>	<b>564.734</b>
<b>Outros ativos</b>	<b>8</b>	<b>10.021</b>
<b>Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito</b>	<b>9</b>	<b>(3.357)</b>
<b>Ativo não circulante</b>		<b>32.364</b>
<b>Ativos fiscais diferidos</b>	<b>10</b>	<b>474</b>
<b>Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>		<b>572</b>
Títulos e valores mobiliários	5	572
<b>Outros ativos</b>	<b>8</b>	<b>1.873</b>
<b>Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito</b>	<b>9</b>	<b>(8)</b>
<b>Investimentos</b>	<b>11</b>	<b>9.550</b>
Participações em coligadas e controladas	11c	7.246
Ágio baseado em expectativa de rentabilidade futura	11b	2.304
<b>Imobilizado</b>	<b>12</b>	<b>3.711</b>
Imóveis em uso		4.670
Outras imobilizações		9.573
Depreciação acumulada		(10.532)
<b>Intangível</b>	<b>13</b>	<b>16.192</b>
Ativos intangíveis		29.612
Amortização acumulada		(13.420)
<b>Total do ativo</b>		<b>676.436</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>
<b>Passivo circulante</b>		<b>595.849</b>
<b>Obrigações por empréstimos</b>	<b>14a</b>	<b>964</b>
<b>Depósitos</b>	<b>15</b>	<b>528.968</b>
<b>Outros passivos</b>	<b>16</b>	<b>65.917</b>
Operações de cartão		35.474
Fiscais e previdenciárias		11.338
Outros passivos		19.105
<b>Passivo não circulante</b>		<b>80.587</b>
<b>Obrigações por empréstimos</b>	<b>14a</b>	<b>856</b>
<b>Outros passivos</b>	<b>16</b>	<b>818</b>
Obrigações com participações em controladas		818
<b>Obrigações fiscais diferidas</b>	<b>17</b>	<b>5.808</b>
<b>Provisões para contingências</b>	<b>18</b>	<b>418</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>19</b>	<b>72.687</b>
Capital social		48.227
Reserva de lucros		24.460
<b>Total do passivo</b>		<b>676.436</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração do resultado

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2º Sem 2025	31/12/2025
<b>Resultado da intermediação financeira</b>		<b>2.181</b>	<b>3.079</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez		-	13
Títulos e valores mobiliários	5b	2.181	3.066
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		<b>(285)</b>	<b>(698)</b>
Operações de empréstimos	14b	(285)	(698)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>1.896</b>	<b>2.381</b>
<b>Provisões p/ perdas esperadas associadas ao risco de crédito</b>	<b>9</b>	<b>(2.682)</b>	<b>(2.769)</b>
<b>Receitas e despesas operacionais</b>		<b>26.921</b>	<b>37.215</b>
Receitas de prestação de serviços	20	105.501	204.364
Despesas de pessoal	21	(46.174)	(93.167)
Outras despesas administrativas	22	(47.409)	(95.577)
Despesas tributárias	23	(9.891)	(18.700)
Resultado de participações em controladas	11c	792	(618)
Amortização ágio na aquisição de controlada	11b	(82)	(164)
Outras receitas operacionais	24	39.852	72.594
Outras despesas operacionais	25	(15.668)	(31.517)
<b>Resultado operacional</b>		<b>26.135</b>	<b>36.827</b>
<b>Resultado não operacional</b>		<b>-</b>	<b>8</b>
Lucro na alienação de bens		-	8
<b>Resultado antes dos tributos</b>		<b>26.135</b>	<b>36.835</b>
<b>Tributos sobre o lucro</b>		<b>(8.668)</b>	<b>(11.805)</b>
Provisão para imposto de renda	26	(6.297)	(8.728)
Provisão para contribuição social	26	(2.394)	(3.358)
Ativo fiscal diferido	10	178	239
Passivo fiscal diferido	17	(155)	42
<b>Lucro líquido do semestre/exercício</b>		<b>17.467</b>	<b>25.030</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração do resultado abrangente

**Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025**

*(valores expressos em milhares de reais)*

	<u>2º Sem 2025</u>	<u>31/12/2025</u>
<b>Lucro líquido do semestre/exercício</b>	<b>17.467</b>	<b>25.030</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>	-	-
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado	-	-
Itens que não poderão ser reclassificados para o resultado	-	-
<b>Total do resultado abrangente do semestre/exercício</b>	<b>17.467</b>	<b>25.030</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

### Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais)

Nota	Capital Social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
		Especiais de lucros	Legal				
<b>Saldo em 30/06/2025</b>	<b>48.227</b>	<b>11.197</b>	<b>2.054</b>	-	<b>(1)</b>	<b>61.477</b>	
Resultado do semestre	-	-	-	17.467	-	17.467	
Ajuste de avaliação patrimonial - TVM	-	-	-	-	1	1	
Destinações:							
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(3.071)	-	(3.071)	
Distribuição de lucros e dividendos	-	-	-	(3.187)	-	(3.187)	
Constituição de reserva	-	10.336	873	(11.209)	-	-	
<b>Saldo em 31/12/2025</b>	<b>48.227</b>	<b>21.533</b>	<b>2.927</b>	-	-	<b>72.687</b>	
Mutações do semestre	-	10.336	873	-	1	11.210	
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>48.227</b>	<b>6.696</b>	<b>1.676</b>	-	-	<b>56.599</b>	
Adoção inicial da Res. BCB n° 352/23	-	(308)	-	-	-	(308)	
<b>Saldo em 01/01/2025</b>	<b>48.227</b>	<b>6.388</b>	<b>1.676</b>	-	-	<b>56.291</b>	
Resultado do exercício	-	-	-	25.030	-	25.030	
Destinações:							
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(5.447)	-	(5.447)	
Distribuição de lucros e dividendos	-	-	-	(3.187)	-	(3.187)	
Constituição de reserva	-	15.145	1.251	(16.396)	-	-	
<b>Saldo em 31/12/2025</b>	<b>48.227</b>	<b>21.533</b>	<b>2.927</b>	-	-	<b>72.687</b>	
Mutações do exercício	-	15.145	1.251	-	-	16.396	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**0800 941 2343**

Capitais e regiões metropolitanas: **4000 1234** / SP e região: **(11) 2394 2208**

Av. Paulista, 1337 - 9º andar - Edifício Paulista 1 - Bela Vista - São Paulo, SP - CEP: **01.311-200**

CNPJ: **09.0892356/0003-80** - Ouvidoria: **0800 940 0361** | [sejaefi.com.br](http://sejaefi.com.br)

## Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2º Sem 2025	31/12/2025
<b>Atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do semestre/exercício		17.467	25.030
Depreciação	12b	783	1.579
Amortização	13b	1.257	2.514
Perda na baixa de imobilizado	12b	23	72
Despesa de juros	14b	285	698
Equivalência patrimonial	11c	(792)	618
Amortização ágio na aquisição de controlada	11b	82	164
Imposto de renda e contribuição – diferidos		(23)	(281)
Imposto de renda e contribuição – correntes	26	8.691	12.086
Provisão p/ perdas esperadas assoc. ao risco de crédito	9	2.682	2.769
Provisão para contingências	17	230	323
<b>Lucro líquido ajustado</b>		<b>30.685</b>	<b>45.572</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social pagos</b>		<b>(6.220)</b>	<b>(10.476)</b>
<b>Juros pagos</b>	<b>14b</b>	<b>(259)</b>	<b>(644)</b>
<b>Variação de ativos e passivos</b>			
Aumento em relações interfinanceiras		(65.818)	(129.656)
Aumento em ativos financeiros – CA		(8.393)	(2.094)
Redução em ativos financeiros – VJORA		8.401	7.893
Aumento/redução em Ativos financeiros – VJR		450	(9.200)
Redução em outros ativos		4.121	5.579
Aumento em obrigações por repasses		49.759	102.768
Aumento em outros passivos		2.304	4.051
Aumento em obrigações fiscais e previdenciárias		793	569
Aumento em operações de cartão		743	9.679
<b>Caixa líquido originado de atividades operacionais</b>		<b>16.566</b>	<b>24.041</b>
<b>Atividades de investimentos</b>			
Aquisição de imobilizado	12b	-	(27)
Investimento em controladas e coligadas	11c	(250)	(3.050)
Aquisição de intangível	13b	(191)	(572)
<b>Caixa líquido aplicado em atividades de investimentos</b>		<b>(441)</b>	<b>(3.649)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>			
Pagamentos de juros sobre capital próprio		(2.883)	(4.921)
Pagamentos de lucros e dividendos		(3.187)	(3.187)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	14b	(1.791)	(4.128)
<b>Caixa líquido aplicado em atividades de financiamentos</b>		<b>(7.861)</b>	<b>(12.236)</b>
<b>Aumento de caixa e equivalente de caixa</b>		<b>8.264</b>	<b>8.156</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		30	138
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		8.294	8.294

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(valores expressos em milhares de reais)

### 1. Contexto operacional

O Efi S.A. – Instituição de Pagamento (“Efi IP” ou “Instituição”) é uma sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto social os serviços (i) gestão de ativos, como contas de pagamentos e disponibilização de serviços de aporte e saque de recursos mantidos em conta de pagamento; (ii) emissão de moeda eletrônica mediante gerenciamento de conta de pagamento do tipo pré-paga; (iii) emissão de instrumento de pagamento mediante gerenciamento de conta de pagamento do tipo pós-pago; (iv) habilitação, como credenciador, de recebedores para aceitação de instrumento de pagamento e participação no processo de liquidação das transações de pagamento; (v) auxílio a atividades financeiras, como a execução ou viabilidade de instrução de pagamento relacionada a determinado serviço de pagamento, inclusive transferências; (vi) iniciadora de transação de pagamento; (vii) comercialização de equipamentos de captura de transações; e (viii) tratamento de dados e provedores de serviços de aplicações.

A Instituição tem sua sede e foro na cidade de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 31, conjunto A, 2º e 3º pavimentos, Bairro Bauxita, CEP 35.402-179.

O Efi IP é a Instituição líder do Conglomerado Prudencial Efi, o qual integra sua controlada, o Efi SCFI.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de sociedades que atuam integradamente no mercado financeiro e operam através de estrutura corporativa integrada do Conglomerado Efi (“Conglomerado”), onde as receitas e despesas são apropriadas conforme produzidas ou incorridas.

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras estão sendo preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições de Pagamentos autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BCB”), e conforme as diretrizes da Resolução BCB nº 2/2020.

Conforme previsto no artigo 102 da Resolução BCB nº 352/23, a Instituição optou pela dispensa de apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

A Administração avaliou a viabilidade da Instituição continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro.

#### a) Normas que possuem aplicação após 31 de dezembro de 2025

**Lei complementar nº 224, de 26 de dezembro de 2025** – Altera para 15% (quinze por cento) a alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), para as Instituições de Pagamento, com efeitos a partir de 1º de abril de 2026.

**b) Balanço patrimonial**

As contas de ativo e passivo são apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade.

**c) Demonstração do resultado**

A demonstração de resultado foi apurada conforme o regime de competência embasada pelo artigo 187 e § 1º da Lei nº 6.404/76.

**d) Uso de estimativas e julgamentos**

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos, passivos, receitas e despesas e outras transações sujeitas a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente: (i) o valor de mercado de certos ativos e passivos financeiros (ii) as taxas de depreciação e amortização dos itens do ativo permanente (iii) ativos e passivos contingentes (iv) estimativas dos créditos tributários ativados. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. A Administração da Instituição revisa as estimativas e premissas periodicamente.

### **3. Políticas contábeis significativas**

**a) Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

**b) Moeda funcional**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, a taxa utilizada para a conversão de ativos, passivos e contas de resultado denominados em moeda estrangeira, quando existente, corresponde às taxas de câmbio divulgadas pelo BCB, na data do respectivo balanço. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**c) Apuração do resultado**

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata dia*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

#### **d) Disponibilidades**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de alta liquidez com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizadas pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e estão apresentados na Nota Explicativa nº 4.

#### **e) Instrumentos financeiros**

##### **I. Reconhecimento inicial**

Os instrumentos financeiros são reconhecidos na data de sua aquisição, originação ou emissão:

- Pelo preço de transação de recebíveis de contratos com clientes (valor de custo); ou
- Pelo valor justo nos demais casos.

##### **II. Classificação de Instrumentos financeiros**

###### **Ativos Financeiros**

A classificação dos ativos financeiros segue o modelo de negócio da Instituição e as características contratuais dos fluxos de caixas desses ativos conforme estabelecido pela Resolução BCB nº 352/23.

A Instituição define o modelo de negócios em um nível que reflete como os grupos de ativos financeiros são administrados para alcançar objetivos de negócios específicos.

Para determinar as características contratuais dos fluxos de caixa dos instrumentos financeiros, a Instituição avalia a composição dos instrumentos financeiros, por meio do teste SPPJ (Somente Pagamento de Principal e Juros).

Com base nos resultados do teste SPPJ e no modelo de negócios adotado pela Instituição, os ativos financeiros podem ser mensurados de acordo com as seguintes categorias:

- **Custo amortizado (CA):** mensurados com base nos fluxos de caixa contratuais, considerando apenas os pagamentos de principal e juros.
- **Valor justo no resultado (VJR):** mensurados a valor justo, com os ajustes de variação reconhecidos diretamente no resultado do período.
- **Valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA):** mensurados a valor justo, sendo as variações registradas diretamente no grupo de outros resultados abrangentes, dentro do patrimônio líquido.

###### **Passivos Financeiros**

A Instituição classifica os passivos financeiros na categoria custo amortizado, conforme Resolução BCB nº 352/23, observando as exceções previstas no art. 9º, incisos I a V.

### III. Mensuração de Instrumentos financeiros

#### Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia descrita a seguir:

- Nível 1: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro.
- Nível 2: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseados em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos.
- Nível 3: Modelos de precificação nos quais transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa. Instrumentos nessa categoria foram precificados usando técnicas de precificação em que ao menos um *input*, que pudesse ter um efeito significativo no preço, não é baseado em observação de dados de mercado. Quando *inputs* podem ser observados de dados de mercado sem custos e esforços excessivos, este *input* é utilizado. Caso contrário, a Instituição determina um nível adequado para a entrada do *input*.

Em certos casos, os dados usados para apurar o valor justo podem situar-se em diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. Nesses casos, o instrumento financeiro é classificado na categoria mais conservadora em que os dados relevantes para a apuração do valor justo foram classificados. Essa avaliação exige julgamento e considera fatores específicos dos respectivos instrumentos financeiros. Mudanças na disponibilidade de informações podem resultar em reclassificações de certos instrumentos financeiros entre os diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. O ajuste a valor justo de ativos financeiros é reconhecido no Patrimônio Líquido para ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou na Demonstração do Resultado, para demais ativos financeiros.

A Instituição avalia os níveis em cada período de divulgação e reclassifica os instrumentos quando necessário com base nos fatos no final do período.

#### IV. Baixa de ativos financeiros

Os ativos financeiros serão baixados, parcialmente ou em sua totalidade, quando observados um dos cenários abaixo:

- Cessam os direitos contratuais aos fluxos de caixa;
- Quando não houver expectativa razoável de sua recuperação; ou
- Quando os riscos e benefícios forem transferidos substancialmente.

#### f) Operações de cartão crédito

As operações de cartão de crédito são classificadas na categoria de custo amortizado, uma vez que a gestão desses ativos tem como objetivo principal receber os fluxos de caixa contratuais.

O saldo devedor remanescente após o vencimento da fatura pode ser compreendido como dívida no cartão de crédito, cujo financiamento dos saldos não liquidados na data de vencimento do cartão de crédito dos clientes é realizado através de sua controlada, o Efi SCFI.

#### g) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Para fins de apuração dos níveis de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, a Instituição, observa a segregação dos ativos financeiros conforme a classificação de carteiras consoante o art. nº 81 da Resolução BCB nº 352/23, bem como os percentuais mínimos de provisão para perdas estabelecidos no art. 78 e nos anexos I e II.

A Instituição mantém as seguintes classificações dos ativos financeiros:

Operações	Classificação
Certificados de depósito bancário (CDBs) mantidos com outras instituições	C2
Transações de pagamento, como operações com cartões de crédito	C5
Transações de pagamento, como subadquirente	C5

A norma estabelece, ainda, duas metodologias para cálculo das perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

- Método completo
- Método simplificado

Cada metodologia possui critérios próprios de elegibilidade e procedimentos específicos de apuração, definidos de acordo com o porte e a natureza da Instituição. Atualmente, a Instituição adota o método simplificado, considerando os parâmetros e percentuais estabelecidos no art. 78 e nos anexos da Resolução BCB nº 352/23 para a mensuração e registro das provisões. A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito constituída está apresentada na Nota 9.

#### h) Investimentos

As participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Os outros investimentos permanentes estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, de provisão para perdas. É reconhecida uma provisão para perda por *impairment* no resultado do período, quando o valor contábil de um investimento, incluindo ágio, exceder seu valor recuperável.

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é reconhecido e mensurado no momento da aquisição de participação em controladas, sendo representado pelo excedente entre o valor da contraprestação transferida (preço de compra) e a participação da Instituição no valor justo dos ativos líquidos identificáveis e dos passivos assumidos na data da operação. A mensuração desse ágio é suportada por laudo de alocação do preço de compra (PPA – *Purchase Price Allocation*), que também estabelece o prazo estimado de recuperação econômica. Com base nesse laudo, o *goodwill* é amortizado de forma linear, com reconhecimento no resultado, ao longo do período definido, atualmente estimado em até 17 anos e 2 meses.

Atualmente o Efi IP possui 98,89% do capital social do Efi SCFI e 100% de participação no capital social da Eva.

**i) Imobilizado de uso**

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, os benefícios e o controle dos bens para a Instituição.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicáveis.

**j) Intangível**

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. É composto, principalmente, por: (i) direitos de uso, amortizados de acordo com os prazos dos contratos ou na medida que os benefícios econômicos fluem para a Instituição; e (ii) softwares e intangíveis gerados internamente amortizados em até 10 (dez) anos.

A Instituição realiza anualmente testes para validar os procedimentos e atividades diretamente relacionadas aos processos de avaliação da recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis, com a finalidade de fornecer garantias sobre a eficácia dos processos e a aderência à regulamentação vigentes e das boas práticas de mercado.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada e os de vida útil indefinida são testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

**k) Ativos e passivos contingentes**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuadas de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/09 e de acordo com os critérios definidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 25) - Provisões, passivos e ativos contingentes.

**Passivos contingentes:** decorrem de processos judiciais e administrativos movidos por terceiros em ações cíveis, inerentes ao curso normal dos negócios. Essas contingências são avaliadas por assessores internos em conjunto com advocacia terceirizada, em que se leva em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam assegurados para liquidação dessas obrigações e que o montante dessas obrigações possa ser mensurado com suficiente segurança.

As contingências são classificadas como:

- a) Provável: são constituídas provisões contábeis;
- b) Possível: divulgadas em notas explicativas sem que sejam provisionadas; e
- c) Remota: não requerem provisão nem divulgação.

#### **l) Imposto de renda e contribuição social**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes e diferidos são calculados pelo regime de tributação do Lucro Real com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 no exercício para o Imposto de Renda e de 9% para Contribuição Social sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável, limitada a 30% do lucro real do período.

Conforme Resolução BCB nº 15/2020, impostos diferidos são valores de ativos fiscais a serem recuperados e passivos fiscais a serem pagos em períodos futuros.

#### **m) Outros passivos**

Demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

#### **n) Resultados recorrentes/não recorrentes**

A Instituição considera como recorrentes os resultados oriundos das operações realizadas de acordo com o objeto social previsto em seu Estatuto Social e não recorrente aqueles que não fazem parte da operação da Instituição.

Apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes do período:

	<u>2º sem 2025</u>	<u>31/12/2025</u>
<b>Resultado recorrente do período</b>	<b>17.467</b>	<b>25.022</b>
<b>Resultado não recorrente do período</b>	-	<b>8</b>
Lucro na alienação de imobilizado	-	8

#### **o) Eventos subsequentes**

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão destas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações financeiras (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que originam ajustes).

Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que não originam ajustes). Os eventos subsequentes são mencionados na Nota Explicativa nº 29.

## **4. Caixa e equivalentes de caixa**

	<u>31/12/2025</u>
Disponibilidades	8.294
<b>Total</b>	<b>8.294</b>

## 5. Títulos e valores mobiliários

A classificação dos títulos e valores mobiliários é determinada com base no modelo de negócios da Instituição, bem como nas características contratuais dos respectivos fluxos de caixas, conforme os critérios contábeis estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/23.

Os instrumentos financeiros classificados nas categorias custo amortizado (CA) e valor justo no resultado (VJR) tem suas variações registradas no resultado da Instituição.

Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado	Valor justo no resultado	Total
Certificado de depósito bancário	3.491	-	3.491
Certificado de operações estruturadas	-	11.595	11.595
Cotas de fundos de investimento	-	7.678	7.678
<b>Total</b>	<b>3.491</b>	<b>19.273</b>	<b>22.764</b>
Circulante	2.919	19.273	22.192
Não circulante	572	-	572

### a) Resultado de títulos e valores mobiliários

	2º sem 2025	31/12/2025
Títulos públicos federais	210	719
Certificado de operações estruturadas	1.079	1.305
Renda fixa	611	713
Certificado de depósito bancário	281	329
<b>Total</b>	<b>2.181</b>	<b>3.066</b>

## 6. Valores a receber relativos a transações de pagamento

### a) Cartão de crédito

Englobam transações realizadas na modalidade de compras à vista ou parcelado lojista. Em observância às limitações de atuação de uma Instituição de Pagamento, os saldos inadimplidos ou parcelados são financiados pelo Efi SCFI.

Estágio	31/12/2025	
	Valor da carteira	% da provisão
De 0 (zero) a 14 dias	33.648	1,9%
Ativos problemáticos (a)	23	53,4%
<b>Total</b>	<b>33.671</b>	<b>(651)</b>

(a) Nos termos do art. 37, §5º, da Resolução BCB nº 352, a classificação de um instrumento financeiro no terceiro estágio implica a realocação dos demais instrumentos da mesma contraparte. Dessa forma, operações do Efi IP são alocadas nesse estágio em decorrência de outras operações da mesma contraparte no âmbito do Conglomerado.

### b) Operações de subadquirência

Compreendem transações nas quais o Efi atua como facilitador na cadeia de pagamentos, realizando a intermediação operacional entre as adquirentes e os estabelecimentos comerciais (clientes Efi), viabilizando o processamento e a liquidação das transações.

Estágio	31/12/2025		
	Valor da carteira	% da provisão	Provisão
Cielo	4.551	1,9%	87
Getnet	3.092	1,9%	59
Vero	874	1,9%	16
<b>Total</b>	<b>8.517</b>		<b>(162)</b>

## 7. Relações interfinanceiras

Referem-se a recursos aplicados junto ao BCB, que em conjunto com o saldo de títulos públicos federais detidos pela Instituição, deve cobrir os saldos de moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-paga, consoante art. 22 da Resolução BCB nº 80/21. Esses recursos constituem patrimônio separado que não se confundem com o da Instituição, conforme art. 12 da Lei nº 12.865/ 13.

	31/12/2025
Depósitos em moeda eletrônica	290.219
Conta de pagamento instantâneo	274.515
<b>Total</b>	<b>564.734</b>
Circulante	564.734

## 8. Outros ativos

	31/12/2025
Despesas pagas antecipadamente	4.571
Valores a receber de clientes (a)	2.502
Valores a receber cartão de crédito (b) – nota 28	2.272
Valores a receber cartão pré-pago	1.620
Outros	929
<b>Total</b>	<b>11.894</b>
Circulante	10.021
Não circulante	1.873

(a) Decorrentes principalmente de chargebacks realizados onde os clientes não possuem saldo em conta de pagamento para débito da transação desfeita. A Instituição constitui provisão para a totalidade (100%) por entender que a expectativa de recuperação é remota. O montante provisionado está demonstrado na nota 9.

(b) Valores a receber da subsidiária Efi CFI pelo saldo remanescente de faturas vencidas (rotativo) ou parcelamentos realizados pelos clientes.

## 9. Perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	30/06/2025	Adoção inicial Res. BCB nº 352	Provisão/ Reversão	31/12/2025
Títulos e valores mobiliários	(64)	-	14	(50)
Subadquirente	-	-	(162)	(162)
Cartão de crédito	(619)	-	(32)	(651)
Valores a receber – cashback	-	-	(2.502)	(2.502)
<b>Total</b>	<b>(683)</b>	<b>-</b>	<b>(2.682)</b>	<b>(3.365)</b>
Circulante	(637)			(3.357)
Não circulante	(46)			(8)

	31/12/2024	Adoção inicial Res. BCB nº 352	Provisão/ Reversão	31/12/2025
Títulos e valores mobiliários	-	(122)	72	(50)
Subadquirente	-	-	(162)	(162)
Cartão de crédito	(130)	(344)	(177)	(651)
Valores a receber - cashback	-	-	(2.502)	(2.502)
<b>Total</b>	<b>(130)</b>	<b>(466)</b>	<b>(2.769)</b>	<b>(3.365)</b>
Circulante	(130)			(3.357)
Não circulante	-			(8)

## 10. Ativos fiscais diferidos

	30/06/2025	Adoção Res. BCB nº 352/23	Constituição	Realização e/ou Reversão	31/12/2025
Contingências	65	-	111	(20)	156
PDD	231	-	94	(7)	318
<b>Total</b>	<b>296</b>	<b>-</b>	<b>205</b>	<b>(27)</b>	<b>474</b>

	31/12/2024	Adoção Res. BCB nº 352/23	Constituição	Realização e/ou Reversão	31/12/2025
Contingências	33	-	179	(56)	156
PDD	44	158	138	(22)	318
<b>Total</b>	<b>77</b>	<b>158</b>	<b>317</b>	<b>(78)</b>	<b>474</b>

A previsão de realização dos ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias está apresentada a seguir:

	2026	2027	Total
Valor previsto	406	68	474
Valor presente	354	51	405

O valor presente destes ativos foi calculado à taxa Selic de 15% a.a.

## 11. Investimentos

### a) Efí SCFI

O Efí SCFI, autorizado pelo Banco Central do Brasil em 31 de março de 2020 a operar como Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (SCFI), tem como objeto social principal ofertar operações de crédito por meio de recursos e sistemas tecnológicos.

### b) EVA Benefícios

Em 12 de abril de 2021 foi constituída a Eva Benefícios, com principal objeto social a emissão, administração, gestão e prestação de serviços relacionados a meios de pagamento e cartões pré-pagos, aptos a receber carga ou recarga de valores em moeda nacional ou internacional, incluindo as modalidades de benefícios alimentação e refeição.

Em março de 2022 o Efí IP, até então detentor de 50% das ações da Eva, adquiriu os 50% remanescentes, passando a deter a totalidade das ações da investida.

No primeiro semestre de 2022 foi firmado contrato prevendo o pagamento de R\$ 2.850 pela aquisição das ações. Da operação, foi reconhecido ágio de R\$ 2.813, cujo prazo para

recuperação está estimado em 17 anos e 2 meses, conforme estudo técnico de alocação do preço de compra (PPA – “Purchase Price Allocation”).

	<u>2º sem 2025</u>	<u>31/12/2025</u>
<b>Saldo inicial</b>	<b>2.386</b>	<b>2.486</b>
Amortização de ágio	(82)	(164)
<b>Saldo final</b>	<b>2.304</b>	<b>2.304</b>

### c) Equivalência patrimonial

Os resultados dos investimentos obtidos pelo método de equivalência patrimonial são reconhecidos em “Resultado de participações em controladas”.

	<u>2º sem 2025</u>	<u>31/12/2025</u>
<b>Saldo inicial</b>	<b>6.066</b>	<b>5.284</b>
<b>Aporte de capital</b>	<b>250</b>	<b>3.050</b>
Efí SCFI	-	2.800
Eva Benefícios	250	250
<b>Equivalência patrimonial</b>	<b>792</b>	<b>(618)</b>
Efí SCFI	1.180	(838)
Eva Benefícios	(388)	220
<b>Obrigação com participação em controlada (a)</b>	<b>138</b>	<b>(470)</b>
<b>Saldo final</b>	<b>7.246</b>	<b>7.246</b>

(a) Provisão para cobertura de saldo negativo do patrimônio da Eva (R\$ 818 em 31/12/2025).

## 12. Imobilizado

### a) Composição do imobilizado

	<u>Taxa</u>	<u>31/12/2025</u>
<b>Imóveis em uso</b>		
Benfeitorias propriedade terceiros	-	4.670
<b>Total</b>		<b>4.670</b>
<b>Outras imobilizações</b>		
Equipamentos processamento de dados	20%	5.329
Móveis e utensílios	10%	2.285
Máquinas e equipamentos	10%	1.064
Equipamentos telefônicos	10%	404
Som e imagem	10%	387
Instalações	10%	60
Veículos	20%	44
<b>Total</b>		<b>9.573</b>
<b>Total do imobilizado</b>		<b>14.243</b>
(-) Depreciação acumulada		(10.532)
<b>Saldo do imobilizado</b>		<b>3.711</b>

## b) Movimentação do imobilizado

	<u>30/06/2025</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2025</u>
Instalações	60	-	-	-	60
Móveis e utensílios	2.291	-	-	(6)	2.285
Máquinas e equipamentos	1.080	-	-	(16)	1.064
Som e imagem	407	-	-	(20)	387
Equip. proc. de dados	5.378	-	-	(49)	5.329
Benf. propriedade terceiros	4.670	-	-	-	4.670
Equipamentos telefônicos	410	-	-	(6)	404
Veículos	44	-	-	-	44
(-) Depreciação acumulada	(9.823)	-	(783)	74	(10.532)
<b>Total</b>	<b>4.517</b>	<b>-</b>	<b>(783)</b>	<b>(23)</b>	<b>3.711</b>

	<u>31/12/2024</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2025</u>
Instalações	60	-	-	-	60
Móveis e utensílios	2.302	-	-	(17)	2.285
Máquinas e equipamentos	1.080	-	-	(16)	1.064
Som e imagem	420	27	-	(60)	387
Equip. proc. de dados	5.430	-	-	(101)	5.329
Benf. propriedade terceiros	4.670	-	-	-	4.670
Equipamentos telefônicos	428	-	-	(24)	404
Veículos	44	-	-	-	44
(-) Depreciação acumulada	(9.099)	-	(1.579)	146	(10.532)
<b>Total</b>	<b>5.335</b>	<b>27</b>	<b>(1.579)</b>	<b>(72)</b>	<b>3.711</b>

## 13. Intangível

### a) Composição

	<u>Taxa</u>	<u>31/12/2025</u>
Software	10%	27.531
Intangível em andamento (a)	-	2.081
<b>Total</b>		<b>29.612</b>
(-) Amortização acumulada		(13.420)
<b>Saldo do Intangível</b>		<b>16.192</b>

(a) Refere-se a softwares de uso próprio em processo de desenvolvimento pela Instituição.

### b) Movimentação

	<u>30/06/2025</u>	<u>Aquisição</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2025</u>
Software	27.531	-	-	27.531
Intangível em andamento	1.890	191	-	2.081
(-) Amortização acumulada	(12.163)	-	(1.257)	(13.420)
<b>Total</b>	<b>17.258</b>	<b>191</b>	<b>(1.257)</b>	<b>16.192</b>

	<u>31/12/2024</u>	<u>Aquisição</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2025</u>
Software	27.531	-	-	27.531
Intangível em andamento	1.509	572	-	2.081
(-) Amortização acumulada	(10.906)	-	(2.514)	(13.420)
	<b>18.134</b>	<b>572</b>	<b>(2.514)</b>	<b>16.192</b>

## 14. Obrigações por empréstimos

### a) Composição dos empréstimos

Representado por contratos de capital de giro e por contratos de arrendamentos mercantis para aquisição de equipamentos para utilização dos colaboradores.

	<u>31/12/2025</u>
Capital de giro	1.799
Arrendamentos	21
<b>Total</b>	<b>1.820</b>
Circulante	964
Não circulante	856

### b) Movimentação dos empréstimos

	<u>2º sem 2025</u>	<u>31/12/2025</u>
<b>Saldo inicial</b>	<b>3.585</b>	<b>5.894</b>
Amortizações – principal	(1.791)	(4.128)
Juros pagos	(259)	(644)
Juros incorridos	285	698
<b>Total</b>	<b>1.820</b>	<b>1.820</b>

## 15. Depósitos

	<u>31/12/2025</u>
Conta de pagamento pré-paga (a)	528.968
<b>Total</b>	<b>528.968</b>

(a) Saldo de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamento pré-pagas de titularidade dos clientes Efi.

## 16. Outros passivos

	<u>31/12/2025</u>
<b>Obrigações com operações de cartão (a)</b>	<b>35.474</b>
<b>Obrigações fiscais e previdenciárias</b>	<b>11.338</b>
Impostos a recolher	7.731
Encargos trabalhistas	3.607
<b>Outros passivos</b>	<b>19.923</b>
Obrigações trabalhistas	8.792
Fornecedores	5.838
Valores a pagar à controlada – nota 28	1.724
Obrigações com participações em controladas – nota 11 c	818
Outros passivos	2.751
<b>Total</b>	<b>66.735</b>
Circulante	65.917
Não circulante	818

(a) Valores a repassar a bandeira do cartão Visa

## 17. Obrigações fiscais diferidas

As diferenças temporárias referem-se a exclusões na base de cálculo de IRPJ e CSLL relativos a projetos com características de inovação tecnológica desenvolvidos pela Instituição em concordância com o Decreto nº 9.580/2018.

	<u>30/06/2025</u>	<u>Reversão/Constituição</u>	<u>31/12/2025</u>
Diferenças temporárias	5.653	155	5.808
<b>Total</b>	<b>5.653</b>	<b>155</b>	<b>5.808</b>
	<u>31/12/2024</u>	<u>Reversão/Constituição</u>	<u>31/12/2025</u>
Diferenças temporárias	5.850	(42)	5.808
<b>Total</b>	<b>5.850</b>	<b>(42)</b>	<b>5.808</b>

A previsão de realização dos passivos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias está apresentada a seguir:

	<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>2028</u>	<u>2029</u>	<u>2030 ou superior</u>	<u>Total</u>
Valor previsto	963	767	669	626	2.783	<b>5.808</b>
Valor presente	838	580	440	358	1.046	<b>3.262</b>

O valor presente destes passivos foi calculado à taxa Selic de 15% a.a.

## 18. Provisões para contingências

O Efi IP é parte em processos judiciais de naturezas cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. As contingências são classificadas com base na opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro. O quadro abaixo demonstra a movimentação das provisões.

<b>Ação</b>	<u>30/06/2025</u>	<u>Constituições</u>	<u>Reversões</u>	<u>31/12/2025</u>
Cível	188	637	(407)	418
<b>Total</b>	<b>188</b>	<b>637</b>	<b>(407)</b>	<b>418</b>

<b>Ação</b>	<u>31/12/2024</u>	<u>Constituições</u>	<u>Reversões</u>	<u>31/12/2025</u>
Cível	95	1.071	(748)	418
<b>Total</b>	<b>95</b>	<b>1.071</b>	<b>(748)</b>	<b>418</b>

As causas que envolvem a Instituição, classificadas como perda possível, totalizam R\$ 10.891 em causas cíveis. Durante o período não houve contingência fiscal e trabalhista.

## 19. Patrimônio líquido

### a) Capital social

O capital social da Instituição em 31/12/2025 é de R\$ 48.227 subscrito e integralizado, dividido em 48.226.636 ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

## b) Dividendos obrigatórios

A Assembleia Geral poderá distribuir dividendos em valor superior ao previsto no estatuto social da Instituição, estabelecido no Capítulo VII, Parágrafo II, Artigo 23, bem como poderá, durante o exercício social, distribuir dividendos com base na conta de reserva de lucros existentes no último balanço anual, ou com base no levantamento de balanços intermediários, conforme prevê o art. 24 do estatuto.

Durante o exercício de 2025, houve reconhecimento de dividendos obrigatórios no montante de R\$ 8.634. Nos termos do art. 9º, § 7º, da Lei nº 9.249/95, os valores creditados a título de JCP foram imputados aos dividendos obrigatórios do exercício, compondo o montante total destinado aos acionistas.

## c) Constituição de reservas de lucros

Nos termos da legislação societária e estatuto social da Instituição, a reserva legal é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido, limitada a 20% do capital social. O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais.

## d) Adoção inicial Resolução BCB nº 352/23

A partir de 1º de janeiro de 2025, entrou em vigor a Resolução BCB nº 352/23, que trata da adoção de critérios contábeis alinhados às normas internacionais de contabilidade aplicáveis a ativos financeiros pelas instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil.

Em decorrência da adoção inicial dessa norma, foram realizados ajustes nos registros contábeis da Instituição, com impactos diretos nas demonstrações financeiras, especialmente no patrimônio líquido. Esses ajustes refletem a necessidade de adequação à nova base de mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros, conforme previsto na regulamentação.

Os efeitos da adoção inicial da Resolução BCB nº 352/23 foram registrados diretamente no patrimônio líquido, sem transitar pelo resultado do exercício.

	<u>31/12/2025</u>
Ativo fiscal diferido	158
PDD sobre valores a receber transações de pagamento	(344)
PDD sobre títulos e valores mobiliários	(122)
<b>Total</b>	<b><u>(308)</u></b>

## 20. Receitas de prestação de serviços

	<u>2º Sem 2025</u>	<u>31/12/2025</u>
Serviços de Pix	63.532	119.315
Serviços de pagamento (a)	39.363	80.303
Serviços de intercambio	2.277	4.261
Outros serviços	329	485
<b>Total</b>	<b><u>105.501</u></b>	<b><u>204.364</u></b>

(a) Decorrente principalmente de tarifas relacionadas a liquidação de boletos e transações e-commerce com cartões.

## 21. Despesas de pessoal

	<u>2º Sem 2025</u>	<u>31/12/2025</u>
Remuneração	(30.597)	(64.022)
INSS	(6.279)	(12.294)
Benefícios	(5.979)	(9.126)
FGTS	(2.284)	(5.164)
Outras despesas de pessoal	(1.035)	(2.561)
<b>Total</b>	<b><u>(46.174)</u></b>	<b><u>(93.167)</u></b>

## 22. Outras despesas administrativas

	<u>2º Sem 2025</u>	<u>31/12/2025</u>
Serviços de processamento de dados	(22.416)	(43.798)
Comissões de parceiros	(6.409)	(11.853)
Despesas de comunicações	(3.578)	(7.240)
Licença de softwares	(3.484)	(6.302)
Serviços de consultoria	(1.995)	(4.336)
Propaganda e publicidades	(1.327)	(3.814)
Serviços de suporte técnico	(1.488)	(2.842)
Amortização e depreciação	(1.257)	(2.514)
Serviços de terceiros (a)	(991)	(2.434)
Participação de eventos	(915)	(2.267)
Outros	(3.549)	(8.177)
<b>Total</b>	<b><u>(47.409)</u></b>	<b><u>(95.577)</u></b>

(a) Incluídos os valores de serviços relacionados à auditoria independente.

## 23. Despesas tributárias

	<u>2º Sem 2025</u>	<u>31/12/2025</u>
Cofins	(6.360)	(11.910)
ISSQN	(2.113)	(4.092)
Pis	(1.290)	(2.423)
Outros	(128)	(275)
<b>Total</b>	<b><u>(9.891)</u></b>	<b><u>(18.700)</u></b>

## 24. Outras receitas operacionais

	<u>2º sem 2025</u>	<u>31/12/2025</u>
Rendas de créditos vinculados ao banco central	39.050	70.661
Reversão de provisões passivas – nota 18	407	748
Outros	395	1.185
<b>Total</b>	<b><u>39.852</u></b>	<b><u>72.594</u></b>

## 25. Outras despesas operacionais

	<u>2º Sem 2025</u>	<u>31/12/2025</u>
Processamento de transações de pagamento	(14.156)	(28.902)
Provisões passivas – nota 18	(637)	(1.071)
Transações no âmbito do arranjo Pix	(383)	(755)
Outros	(492)	(789)
<b>Total</b>	<b><u>(15.668)</u></b>	<b><u>(31.517)</u></b>

**0800 941 2343**

Capitais e regiões metropolitanas: **4000 1234** / SP e região: **(11) 2394 2208**

Av. Paulista, 1337 - 9º andar - Edifício Paulista 1 - Bela Vista - São Paulo, SP - CEP: **01.311-200**

**CNPJ: 09.089.356/0003-80** - Ouvidoria: **0800 940 0361** | [sejaefi.com.br](http://sejaefi.com.br)

## 26. Imposto de renda e contribuição social

	<b>2º Sem 2025</b>	<b>31/12/2025</b>
<b>Lucro antes do IRPJ</b>	<b>26.135</b>	<b>36.835</b>
<b>(+) Adições</b>	<b>5.355</b>	<b>8.545</b>
<b>Permanentes</b>	<b>1.112</b>	<b>2.764</b>
Equivalência Patrimonial MAP – nota 11	-	618
Outras adições	1.112	2.146
<b>Temporárias</b>	<b>4.243</b>	<b>5.781</b>
<b>(-) Exclusões</b>	<b>(4.887)</b>	<b>(8.067)</b>
<b>Permanentes</b>	<b>(4.486)</b>	<b>(6.884)</b>
Equivalência Patrimonial MAP – nota 11	(792)	-
Outras exclusões	(3.694)	(6.884)
<b>Temporárias</b>	<b>(401)</b>	<b>(1.183)</b>
<b>(=) Lucro real</b>	<b>26.603</b>	<b>37.313</b>
(+) IRPJ devido	6.698	9.304
(-) Incentivos fiscais	(341)	(676)
<b>(=) IRPJ</b>	<b>6.297</b>	<b>8.728</b>
<b>(=) CSLL</b>	<b>2.394</b>	<b>3.358</b>

## 27. Gestão de riscos e capital

### Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Efí Bank reconhece a importância do gerenciamento de riscos e acredita no seu papel fundamental no processo de escolha de oportunidades compatíveis com a complexidade de seus negócios. Por isso, ao longo dos anos, vem disseminando e fortalecendo essa cultura.

A gestão abrangente dos riscos, entre outros benefícios, proporciona a estabilidade dos resultados financeiros e contribui para a geração de valor e para a consolidação de uma instituição cada vez mais sólida, integrada, rentável, socialmente responsável e eficiente.

A estrutura de gerenciamento de riscos é segregada e independente das demais áreas de negócio, compatível com a natureza das atividades, o porte da instituição, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e proporcional à dimensão das exposições que abrangem os riscos de crédito, de liquidez, operacional e de capital.

O Efí adota o [Modelo das Três Linhas](#) do *Institute of Internal Auditors* (IIA), como parte do processo de gerenciamento de riscos, considerando a atuação conjunta dos seguintes componentes:

- **1ª Linha:** áreas de negócios;
- **2ª Linha:** áreas de governança;
- **3ª Linha:** avaliação periódica e independente da Auditoria Interna.

Os princípios e as normas que direcionam o gerenciamento dos riscos envolvidos nas operações e nos processos da Instituição, bem como a estrutura constituída para

assegurar identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação destes encontram-se disponíveis no site <https://sejaefi.com.br/governanca-corporativa/>.

#### **a. Risco de Crédito**

O risco de crédito pode ser definido como a possibilidade de ocorrerem perdas associadas:

- Ao descumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados;
- A desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
- A reestruturação de instrumentos financeiros;
- Aos custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Adicionalmente, a definição de risco de crédito inclui:

- O risco de crédito da contraparte, entendido como a possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam fluxos bilaterais, incluindo a negociação de ativos financeiros ou de derivativos;
- A possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar garantias financeiras prestadas;
- A possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações nos termos pactuados por interveniente, provedor do instrumento mitigador ou mandatário de cobrança;
- O risco de concentração, entendido como a possibilidade de perdas associadas a exposições significativas.

O processo de gerenciamento do risco de crédito no Efi Bank consiste em um conjunto de ferramentas de gestão que identificam os fatores que impactam o risco de crédito. Esse processo inclui, mas não se limita:

- Ao gerenciamento de exposições com características semelhantes;
- A identificação de fontes significativas do risco de crédito;
- A identificação da contraparte ou de seus intervenientes; e
- A forma de agregação das exposições.

A avaliação para concessão do limite de crédito aos clientes, pautada pelas diretrizes internas de crédito, prevê a verificação dos dados cadastrais e a realização de consultas a *bureaus* como apoio à decisão. Ainda no âmbito desse processo, devem ser consideradas as operações sujeitas ao risco de crédito, as repactuações, a detecção de indícios de deterioração da qualidade creditícia da contraparte e os créditos objeto de cobrança e de recebimento.

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foram constituídas com base nos critérios estabelecidos pela regulamentação prudencial vigente, em especial a Resolução BCB nº 352/2023, aplicável a partir de janeiro de 2025.

Em linhas gerais, as operações da Instituição englobam apenas as transações de clientes adimplentes no produto cartão de crédito, em observância às limitações de atuação previstas para Instituições de Pagamento.

#### **b. Risco de Liquidez**

O risco de liquidez pode ser definido como sendo a possibilidade de a Instituição:

- Não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas;
- Não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.
- Não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário.

O processo de gerenciamento do risco de liquidez consiste no conjunto de medidas que visam garantir a capacidade de pagamento do Efi Bank, possibilitando identificar, mensurar, classificar, monitorar, mitigar e reportar os fatores que impactam o risco de liquidez.

A avaliação constante das posições em ativos líquidos tem como objetivo mitigar o risco de que o Efi não consiga negociar suas posições a um preço justo de mercado, em razão do baixo volume ou da descontinuidade desses ativos. Ademais, o Efi Bank observa e mantém aderência ao disposto no Capítulo VIII da Resolução BCB 80/2021, que versa sobre a aplicação dos recursos mantidos em contas de pagamento.

A otimização dos recursos disponíveis, o planejamento financeiro e das operações em termos de prazos, tipos de contrapartes e respectivos setores econômicos, fornecem insumos para direcionar ações que possibilitem suportar cenários de estresse.

#### **c. Risco Operacional**

O risco operacional é definido pela Resolução BCB nº 265/2022 como a possibilidade de ocorrerem perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou ainda de eventos externos que impactem na realização dos objetivos do Efi Bank.

Salienta-se, ainda, a definição do risco operacional, que também inclui o risco legal associado a:

- Inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Efi;
- Sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais; e
- Indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Efi.

O gerenciamento do risco operacional está subsidiado no Modelo das Três Linhas:

- Na 1ª linha, há a atuação das áreas de negócios da Instituição, as quais são responsáveis pelo provimento de produtos e serviços aos clientes, bem como pela gestão primária dos riscos e controles;
- Na 2ª linha, há a atuação das áreas de governança da Instituição na gestão corporativa do risco operacional, oferecendo expertise, apoio, monitoramento e questionamento sobre questões relacionadas a riscos, controles e conformidade;
- Na 3ª linha, há a atuação independente da Auditoria Interna, responsável por avaliar a adequação e eficácia do modelo geral de gestão de risco, do funcionamento dos controles e das estruturas de governança;
- Por fim, órgãos externos e independentes de toda a estrutura organizacional, como auditorias externas e reguladores, formam uma linha adicional, avaliando a efetividade das três linhas do Efi.

Há uma estrutura responsável pela identificação e avaliação dos riscos operacionais; pela análise do desenho e efetividade do sistema de controles internos; pela elaboração e condução de testes periódicos do plano de continuidade de negócios; por disseminar uma cultura de gestão integrada de riscos e de controles para os colaboradores; e pela avaliação de riscos no lançamento de novos produtos, serviços e mudanças significativas nos processos existentes.

#### **d. Gestão de Capital**

A gestão de capital é um processo contínuo de monitoramento e controle do capital regulamentar, que abrange a avaliação da necessidade de capital, com base em projeções que englobam premissas de aumento das exposições ao risco, seja pelo crescimento das operações, pela avaliação de novos produtos ou serviços, e ainda, pela avaliação de possíveis impactos no capital oriundos de novos regulamentos, bem como o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. A estrutura de gestão de capital do Efi Bank é compatível com o porte, o tamanho e a natureza das suas operações, considerando a complexidade dos produtos e serviços oferecidos.

#### **Requerimentos Mínimos de Capital**

Conforme a Resolução BCB nº 436/2024, o Conglomerado Efi se classifica como um Conglomerado Prudencial Tipo 3, sendo integrado por uma Instituição de Pagamento líder e outra instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Ressalta-se que ambas as Instituições estão classificadas no Segmento 4 (S4), com estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos.

A estrutura de gestão de capital do Conglomerado Efi ganha relevância ao promover a racionalização na utilização do capital da Instituição, otimizando o custo de oportunidade

na alocação de recursos. A seguir, apresenta-se a composição para o cálculo do Índice de Basileia e os requerimentos mínimos exigidos:

	<b>31/12/2025</b>
<b>PR - Patrimônio de Referência</b>	<b>54.341</b>
<b>Capital Nível I</b>	<b>54.341</b>
Capital Principal	54.341
Capital Complementar	-
<b>Capital Nível II</b>	-
<b>Ativos Ponderados pelo Risco</b>	<b>351.484</b>
Risco Operacional	80.103
Risco de Crédito	91.087
Risco de Serviços de Pagamento	179.654
Risco de Mercado	639
<b>Requerimento mínimo de capital</b>	<b>28.119</b>
<b>Margem de capital</b>	<b>26.223</b>
Índice Requerimento Mínimo	10,50%
Índice Requerimento Calculado	15,46%
Índice de Imobilização	6,85%
Folga de Imobilização	23.452

Em novembro de 2025, o BCB editou a Resolução Conjunta nº 14, de 03/11/2025, e a Resolução BCB nº 517, de 03/11/2025. Esses normativos atualizaram o arcabouço referente à apuração do limite mínimo de capital social integralizado e do patrimônio líquido das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, revogando as exigibilidades previstas em determinados dispositivos do art. 17 da Resolução BCB nº 80, de 25/03/2021, e aumentando o nível de cobrança, em prol da mitigação do risco moral.

Nesse contexto, o novo arcabouço normativo exige, no mínimo, R\$ 32.800 de capital social integralizado e de patrimônio líquido da Instituição, representando um aumento significativo em relação às exigências anteriores, estabelecidas na Res. BCB 80/2021, na qual eram exigidos R\$ 7.000. O aumento das exigências ocorrerá de forma gradual, em três etapas sucessivas a partir de julho de 2026.

## 28. Transações com partes relacionadas

	31/12/2025	
	PF ligadas	PJ ligadas
<b>Ativos</b>		
<b>Valores a receber relativos a transações de pagamento</b>	<b>104</b>	<b>72</b>
<b>Outros ativos</b>	-	<b>3.826</b>
Valores a receber sociedades ligadas	-	59
Valores a receber cartão de crédito – nota 8	-	2.272
Valores a receber cartão pré-pago	-	1.495
<b>Total</b>	<b>104</b>	<b>3.898</b>
<b>Passivos</b>		
Obrigações por Repasse (a)	40	21.599
Fornecedores	-	117
Valores a pagar a controladas	-	1.724
Salários e encargos a pagar	-	-
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>23.440</b>
<b>Receitas e despesas</b>		
Despesas com salário e encargos	(3.012)	-
Cartão de benefícios para empregados	-	(9.820)
Serviços de telemarketing	-	(5.984)
Ressarcimento CSC	-	240
<b>Total</b>		<b>(15.564)</b>

(a) Depósitos em moeda eletrônica mantidos na controladora.

### a. Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores da Instituição é paga integralmente pelo Efí IP, sem o respectivo reembolso. A remuneração no exercício de 2025 foi de R\$ 2.548.

## 29. Resolução BCB nº 352/23

Em novembro de 2023 foi divulgada a Resolução BCB nº 352, a qual define os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas Instituições Financeiras e demais Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis definidos na norma passaram a ser reconhecidos prospectivamente a partir dessa data.

Como resultado da adoção dos critérios para constituição da provisão para perdas esperadas, conforme previsto na Resolução BCB nº 352, foi registrado um ajuste negativo no patrimônio líquido de R\$ 308.

A Instituição não constatou mudanças significativas em relação as novas regras estabelecidas para a definição do modelo de negócios, bem como de reclassificações de instrumentos financeiros entre as categorias de ativos financeiros.

### 30. Eventos subsequentes

Em outubro de 2025 o Conglomerado Prudencial Efi foi reclassificado pelo Banco Central do Brasil para o Segmento S4. A transição regulatória teve conclusão em fevereiro de 2026 ocasionando adequação às diretrizes e exigências prudenciais aplicáveis a esse segmento.

As demonstrações financeiras não sofreram alterações em razão da referida reclassificação de segmento.

Em janeiro de 2026 o EFI IP adquiriu a participação societária detida pelos acionistas minoritários pessoas físicas do Efi SCFI, passando a deter 100% do capital social da investida.

\*\*\*

## **Diretores**

Denis Costa da Silva  
Danilo Henrique de Oliveira  
Francisco Carvalho  
Marcos Paula Maia Nicolau  
Paulo Sérgio de Faria Barros

## **Contador Responsável**

Alessander Campo Dall’Orto  
CRC: ES-012954/O


# DF IP - 2º semestre 2025

Relatório de auditoria final

2026-03-26

Criado em:	2026-03-26
Por:	Viviane Miranda (viviane.miranda@sejaefi.com.br)
Status:	Assinado
ID da transação:	CBJCHBCAABA AW1Jom_35VfTdQqQPbMCYTe0QjsPZscFN

## Histórico de "DF IP - 2º semestre 2025"

-  Documento criado por Viviane Miranda (viviane.miranda@sejaefi.com.br)  
2026-03-26 - 12:37:46 GMT
-  Documento enviado por email para Denis Silva (denis.silva@sejaefi.com.br) para assinatura  
2026-03-26 - 12:38:00 GMT
-  Documento enviado por email para paulo.barros@sejaefi.com.br para assinatura  
2026-03-26 - 12:38:01 GMT
-  Documento enviado por email para Alessander Dallorto (alessander.dallorto@sejaefi.com.br) para assinatura  
2026-03-26 - 12:38:01 GMT
-  Email visualizado por Alessander Dallorto (alessander.dallorto@sejaefi.com.br)  
2026-03-26 - 12:38:24 GMT
-  Documento assinado eletronicamente por Alessander Dallorto (alessander.dallorto@sejaefi.com.br)  
Data da assinatura: 2026-03-26 - 12:39:26 GMT - Fonte da hora: servidor
-  Email visualizado por Denis Silva (denis.silva@sejaefi.com.br)  
2026-03-26 - 13:10:55 GMT
-  Documento assinado eletronicamente por Denis Silva (denis.silva@sejaefi.com.br)  
Data da assinatura: 2026-03-26 - 13:42:48 GMT - Fonte da hora: servidor
-  Email visualizado por paulo.barros@sejaefi.com.br  
2026-03-26 - 15:11:00 GMT
-  O signatário paulo.barros@sejaefi.com.br inseriu o nome Paulo Sérgio de Faria Barros ao assinar  
2026-03-26 - 15:11:20 GMT
-  Documento assinado eletronicamente por Paulo Sérgio de Faria Barros (paulo.barros@sejaefi.com.br)  
Data da assinatura: 2026-03-26 - 15:11:22 GMT - Fonte da hora: servidor

✔ Contrato finalizado.  
2026-03-26 - 15:11:22 GMT